

BALANÇO DE GESTÃO

QUADRIÊNIO 2019-2022

Principais resultados e números da
Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Balanço de Gestão – Quadriênio 2019-2022
Principais resultados e números da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, dezembro de 2022

Controlador-Geral do Estado
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Corregedor-Geral Vanderlei
Daniel da Silva

Subcontroladora de Transparência e Integridade
Soraia Ferreira Quirino Dias

Auditora-Geral
Luciana Cássia Nogueira

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social

Direitos de Imagem: Evanto – Todos os direitos reservados ©

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



PROPÓSITO

Ser integridade e eficiência por uma sociedade melhor.

MISSÃO

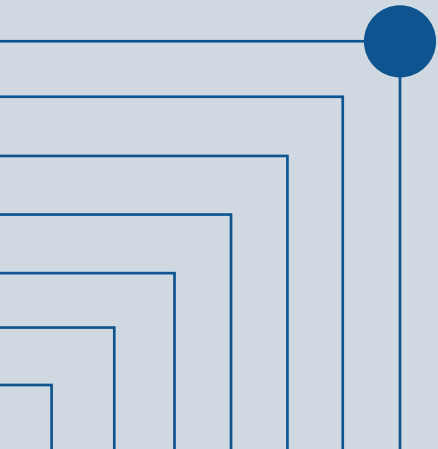
Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

VISÃO

Ser referência nacional na área de controle e reconhecido pela sociedade como um órgão de excelência no fortalecimento da integridade pública.

VALORES

Foco no cidadão; Transparência; Valor e ética; Integridade; Prestação de contas; Conformidade (*compliance*); Cooperação interinstitucional; Responsabilidade ambiental e social.



MENSAGEM DO CONTROLADOR-GERAL

É com imensa satisfação e sentimento de dever cumprido que apresentamos as principais realizações da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) ao longo do quadriênio 2019-2022.

Alinhado ao Planejamento Estratégico da CGE, os resultados aqui apresentados demonstram o avanço do Estado de Minas Gerais em relação aos nossos temas prioritários: o fortalecimento do controle interno, o enfrentamento à corrupção, a promoção da transparência e o fomento à integridade.

Com trabalho duro, encerramos esse ciclo sendo referência nacional em transparência pública. Minas Gerais é o único estado da federação no pódio dos principais rankings de transparência, segundo avaliação de autoridades como a Controladoria-Geral da União, a Transparência Internacional e os Tribunais de Contas.

Celebramos 3 Acordos de Leniência, garantindo o ressarcimento de R\$ 374 milhões ao Estado. Fortalecemos a auditoria governamental e avançamos para o Nível 2 do IA-CM, Modelo Internacional de Capacidade de Auditoria Interna. Além disso, encerramos o ano de 2022 com mais de R\$350 milhões em benefícios financeiros.

Elevamos o tema integridade pública à política de Estado com a criação da Política Mineira de Promoção da Integridade. Firmamos, junto a outros órgãos, o Plano Anticorrupção do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Demos enfoque ao viés preventivo, em equilíbrio com as ações de responsabilização, com a implementação do Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos.

Essas e tantas outras conquistas só foram possíveis graças aos esforços de cada um dos servidores da CGE, bem como do apoio irrestrito do Governador Romeu Zema. Meus votos é que, no próximo ciclo que se aproxima, continuemos trabalhando em prol da eficiência pública e a favor do povo mineiro.

Desejo uma boa leitura!

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Controlador-Geral do Estado

CGE EM NÚMEROS

PRINCIPAIS NÚMEROS DO QUADRIÊNIO

PREVENÇÃO

+ DE R\$340 MILHÕES EM BENEFÍCIOS FINANCEIROS

R\$1,9 BILHÕES AUDITADOS (COVID-19)



Minas no pódio dos principais rankings de transparência:

- **1º lugar** no ranking Escala Brasil Transparente
- **2º lugar** no Índice de Transparência e Governança Pública
- **Nível Ouro** (93,68%) no Radar da Transparência



Certificação internacional:
NÍVEL III A-CM

PLANO DE PREVENÇÃO DE ILÍCITOS:

63 AÇÕES, + de 27 mil agentes públicos sensibilizados

DETECÇÃO

3 Acordos de Leniência celebrados = R\$ 374 milhões ressarcidos ao Estado



SISPATRI: MENOS DE 1% DE INADIMPLÊNCIA

CORREÇÃO

3º no Brasil na aplicação da Lei Anticorrupção
246 PADs instaurados nos Órgãos e concluídos na CGE/COGE
270 PADs instaurados e concluídos na CGE/COGE



Sumário

PREVENÇÃO	7
Auditoria-Geral em números.....	7
Transparência.....	24
Integridade e controle social.....	30
Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos.....	33
Outras ações preventivas.....	36
DETECÇÃO	45
CORREÇÃO	50

Auditoria-Geral em números (2019-2022)

Benefícios financeiros de auditoria interna	R\$ 343.401.559,37
Benefícios não-financeiros de auditoria interna	697
Consultorias realizadas	137 consultorias
Avaliações realizadas	339 avaliações
Trilhas de auditoria desenvolvidas	73 trilhas de auditoria
Número de trabalhos sobre Estatais	40 trabalhos
Número de trabalhos sobre Concessões	30 trabalhos

✓ Foram realizadas **6 avaliações** de Centro de Governo, de Programas e Estrutura de Governança, sendo eles:

- Governança do Comitê de Mineração do COPAM;
- Avaliação da capacidade ex-ante de Políticas Públicas da SEPLAG à luz dos Programas Ensino Médio Integral (SEE) e da Percursos Gerais – Trajetória para a Autonomia (SEDESE);
- Programa Central de Interpretação de Libras;
- Programa Centro de Referência em Direitos Humanos;
- Programa Somos Todos Água.

✓ **A Auditoria-Geral realizou 3 diagnósticos, sendo eles:**

- Passivo da prestação de contas de convênios de saída e demais instrumentos de transferência;
- Diagnóstico dos contratos de concessão de transportes públicos com objetivo de avaliar o processo de renovação dos contratos;
- Passivo da prestação de contas de convênios de saída e demais instrumentos de transferência.

Gestão de Riscos

Consultorias realizadas em Gerenciamento de Riscos e Avaliação da Gestão de Riscos (mapeamento de processos)	42 consultorias realizadas em 34 órgãos/entidades
Treinamento sobre Gerenciamento de Riscos realizadas	79 treinamentos
Número de gestores e servidores capacitados	889 pessoas capacitadas
Prevenção: Avaliação da Estrutura de Controles Interno dos órgãos e entidades	44 órgãos e entidades avaliados
Prevenção: Diagnóstico da Autoavaliação da Maturidade da Gestão de Riscos de órgãos e entidades	12 secretarias avaliadas

✓ **Consultorias realizadas em Gerenciamento de Riscos e Avaliação da Gestão de Riscos (mapeamento dos processos):**

Arsae	Processo de Fiscalização do Serviços de Abastecimento de Água
DER	Multas ambientais decorrentes de Recuperação Ambiental
Fapemig	Processo de Concessão e Prestação de Contas de Bolsas de Cotas
Fapemig	Convênios de Entrada e Saída
FJP	Processo de Compras
FJP	Processos de pagamento de gratificação de curso ou concurso
Funed	Projeto de transferência de tecnologia de vacinas, que envolve a contratação com o fornecedor GSK Vaccines SRL
Hemominas	Manutenção corretiva dos equipamentos do ciclo do sangue
Igam	Processo de Cobrança pelo uso de recursos hídricos
OGE	Registro e taxação da folha de pagamento
Sedectes (órgão extinto)	Processo de Celebração Convênios de Entrada
SEE	Mapeamento e redesenho dos processos de tratamento/apuração das denúncias no âmbito da SEE

Seinfra	Prestação de Contas Convênio de Entrada
Semad	Fiscalização e Licenciamento Ambiental
Seplag	Processo de locação e aquisição de veículos
Seplag	Central de Compras Governamentais

FJP	Processo operacional de arrecadação da receita da entidade
Arsae	Atendimento de Manifestações Ouvidoria da ARSAE
Igam	Monitoramento Hidrogeometeorológico
Ipsemg	Regulação e auditoria das internações cirúrgicas com uso de órtese/ prótese em serviços próprios
Fapemig	Convênio de Entrada
OGE	Processo Operacional de Compras (Modalidade COTEP)
SEF	Processos da Subsecretaria do Tesouro Estadual
Segov	Fiscalização de Convênio de Saída
Seplag	Processo de Prestação de Contas de Convênios de Saída
Seplag	Gestão de Patrimônio Mobiliário da Cidade Administrativa
Seplag	Gestão Central dos Convênios de Entrada do Poder Executivo

Secretaria Geral	Processo Publicidade - Subprocesso Execução Contratual - Subsecom/Secretaria-Geral
SEE	Processo operacional de exoneração de servidores a fim de evitar o ilícito de abandono de cargo
SEF	Licitação da Folha de Pagamento do Estado de Minas Gerais, e pagamentos a fornecedores
SEF	Reconhecimento de Isenção ICMS e IPVA na aquisição de veículos por Pessoas portadoras de necessidades especiais.
SEF	Processo de Taxação de férias-prêmio em espécie junto a DAPE/SPGF.
SEF	Processo de Conciliação Bancária das Contas Únicas do Tesouro Estadual, a cargo da Subsecretaria do Tesouro Estadual - STE
SEF	Processo de inserção de cláusula tributária nos Protocolos de Intenções, na Diretoria de Análise de Investimentos - DAI/SUTRI.
Sisema	Processo de compensação florestal minerária.
FUNED	Processo de compras
ARSAE	Atendimento da Ouvidoria
ARMBH	Processo de Fiscalização de uso e ocupação do solo

IEPHA	Processo de fornecimento do Índice de Patrimônio Cultural PPC, do Programa ICMS Patrimônio Cultural
FEAM	Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento à legislação ambiental, no exercício do Poder de Polícia Administrativa praticado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM
FAPEMIG	Processo de convênios de entrada
SEINFRA	Processo de convênios de entrada
SEPLAG	Processo de convênios de entrada

Principais ações de auditoria realizadas no quadriênio

Nível II IA-CM

A Controladoria-Geral do Estado atingiu o Nível II do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), metodologia internacional que mede a qualidade e eficiência das atividades de auditoria das instituições. Minas Gerais é um dos dois únicos estados brasileiros contemplados com a certificação Nível II, ao lado de Goiás. Um dos objetivos da Auditoria-Geral da CGE é implementar ações para atingir o Nível III ao final do próximo quadriênio.

Práticas estabelecidas e institucionalizadas: auditoria interna avaliando riscos e controles; profissionalização (profissionais adequadamente recrutados e capacitados); normas, manuais e práticas líderes; consulta de prioridades junto aos gestores; orçamento de auditoria interna; Planos Táticos e Anuais; reportes definidos e acesso pleno às informações, ativos e pessoas; estrutura organizacional apropriada.



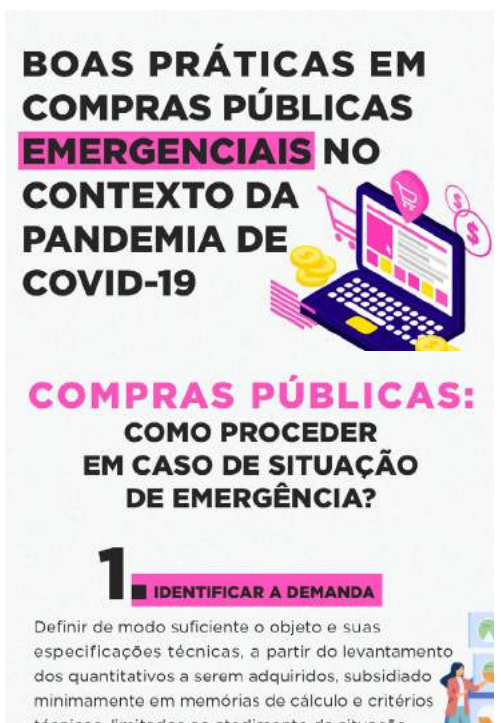
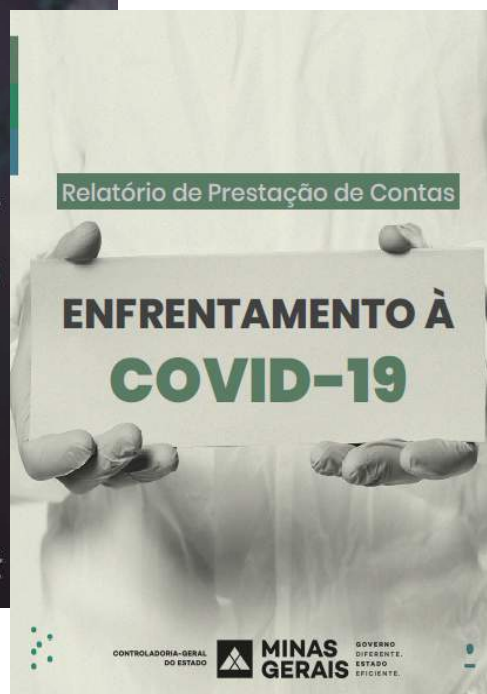
Imagem: CGE recebe certificação durante a 44ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que aconteceu no dia 11/11/2022.

Força-tarefa enfrentamento à Covid-19

- Coordenação da Força-tarefa de Contratações da COVID-19;
- Auditoria em contratações emergenciais destinados ao Enfrentamento da COVID-19: **R\$ 1.962.150.571,77 auditados;**
- Monitoramento de todos os processos de contratações e seus respectivos contratos relacionados ao combate à pandemia do COVID-19 no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira das despesas executadas no Programa 26 – “Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de COVID-19”;

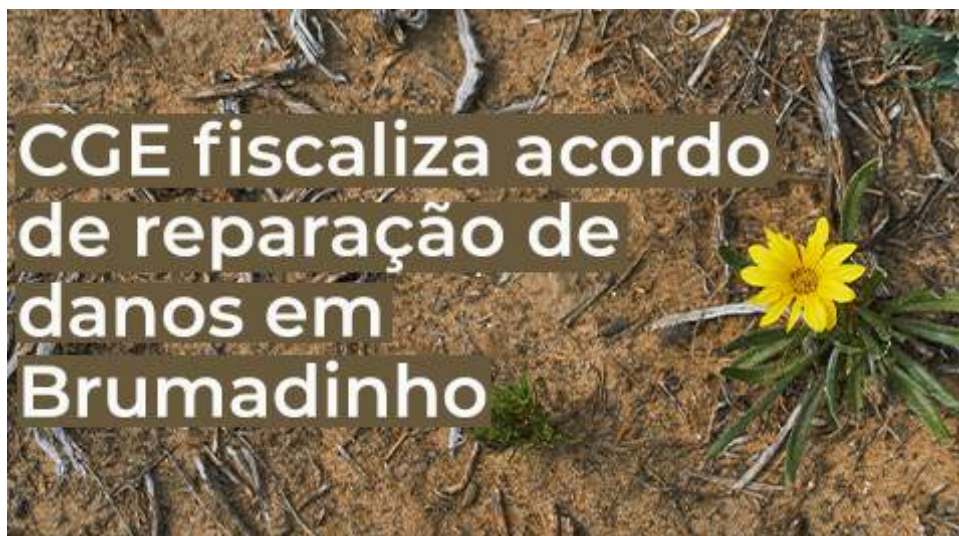
Publicações:

- Guia de Boas Práticas e Caderno de Perguntas e Respostas sobre as contratações emergenciais para enfrentamento ao COVID-19;
- Relatório de Prestação de Contas: enfrentamento à Covid-19.



Trabalhos em apoio ao Comitê de Brumadinho/Comitê do Rio Doce

- Auditoria da Governança Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho de Política Ambiental (COPAM);
- Auditoria do processo de gerenciamento de riscos dos processos de fiscalização da SEMAD gerenciamento de riscos dos processos de fiscalização e de licenciamento ambiental de barragens da SEMAD; Auditoria nos processos de licenciamento ambiental da VALE;
- Avaliação dos parâmetros utilizados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual para justificar as despesas relacionadas ao rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão – Brumadinho;
- Auditoria em despesas financiadas com recursos de Enfrentamento a Desastres Ambientais;



Reconhecimento

Diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e pelo Banco Mundial classificou a CGE no **melhor nível de estrutura dos órgãos centrais de controle interno** do Poder Executivo dos estados e das capitais brasileiras.

Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)

Em Minas Gerais, **100% dos órgãos e entidades aderiram ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)**, sendo o Estado com maior índice de implementação. A Auditoria-Geral da CGE foi a responsável pela coordenação da autoavaliação da estrutura de prevenção à corrupção dos órgãos do Poder Executivo Estadual, realizada pelos dirigentes dos órgãos e entidades, em parceria com a ARCCO.

O Programa Nacional de Prevenção à Corrupção visa promover a integridade e auxiliar no combate à corrupção nas organizações públicas. A ação é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução pelas Redes de Controle nos Estados, patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Principais trabalhos de consultoria e avaliação

- Prestação de serviços pelas Unidades de Atendimento Integrado;
- Avaliação de controles internos relativos verbas no Sistema de Administração de Pessoal – SISAP;
- Avaliação da regularidade na concessão de aumentos aos conselheiros e diretores – PRODEMGE;
- Avaliação “ex ante” de política pública na SEE, SEDESE e SEPLAG;
- Avaliação sobre desapropriação da Rodovia MG-050;
- Diagnóstico dos contratos de concessão de transportes públicos (avaliação da renovação dos contratos)
- Avaliação sobre a prestação dos serviços realizados nas UAI;
- Impactos da pandemia de COVID-19 na aferição do índice de desempenho da Concessionária da PPP do Complexo Penal;
- Impacto do teletrabalho nas despesas de custeio do Poder Executivo Estadual;
- Avaliação da conformidade da divulgação de todos os processos de contratações e seus respectivos contratos para enfrentamento da Covid.

- Avaliação da capacidade Ex-ante de Políticas Públicas da SEPLAG à luz dos Programas Ensino Médio Integral (SEE) e da Percursos Gerais – Trajetória para a Autonomia (SEDESE);
- Avaliação da aderência das estatais à Lei nº 13.303/16, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado.

Projeto CGE Presente

O Projeto CGE Presente visa a atuação contínua da CGE nas áreas de suma importância para a sociedade: educação, saúde, segurança pública e assistência social. O objetivo é mitigar os riscos de mal uso de recursos públicos e disseminar boas práticas de gestão.

Auditoria preventiva sobre Almojarifado da Secretaria de Estado de Saúde

A Controladoria-Geral do Estado, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES), iniciou, em março de 2022, novo ciclo do projeto “CGE Presente”. A proposta é identificar eventual existência de bens hospitalares e ambulatoriais remanescentes (materiais permanentes e/ou de consumo), que se encontram armazenados sem utilização e propor soluções para sua destinação, evitando a ociosidade.

Auditoria preventiva sobre alimentação escolar da Secretaria de Estado da Educação

Audidores da CGE visitaram 10 escolas estaduais para estudar, in loco, o processo de gestão dos recursos das Caixas Escolares. O objetivo foi identificar as fragilidades desses processos para, então, propor ações de melhorias que mitigassem os riscos de malversação dos recursos públicos, visando assegurar a sua correta aplicação e qualidade na oferta de alimentação escolar aos alunos.

Integridade nas urnas

A Controladoria-Geral do Estado acompanhou, durante as eleições de 2022, o Teste de Integridade das urnas eletrônicas. Iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a auditoria tem como objetivo garantir a segurança e transparência do processo de votação.

Auditoria contínua

A Resolução CGE nº 01/2021 criou a Comissão de Auditoria Contínua, para realização, em especial, de procedimentos utilizando bases de dados informatizadas, mediante ferramentas de extração, análise e mineração de dados, com base na avaliação de riscos e controles internos.

Até o presente período, foram construídas cerca de 30 trilhas de auditoria contínua, com enfoque preventivo, de forma a evitar o uso indevido de recursos públicos com benefícios financeiros potenciais e efetivos no montante de 60 milhões.

Realizações	Benefícios (R\$)
Lei Aldir Blanc - Edital 1 – Pareceristas Benefício Efetivo	120.000,00
Lei Aldir Blanc - Beneficiários de Renda Emergencial (inciso I, art.2º LAB) Benefício Efetivo	84.600,00
Lei Aldir Blanc - Edital 4 (EMC, FAOP e SFECG), Lei Aldir Blanc - Editais 14 a 19 (Clóvis Salgado) e Lei Aldir Blanc - Editais 2, 3, 5, 6 e 27. Identificar servidores públicos estaduais no cadastro de beneficiários da Lei Aldir Blanc Benefício Efetivo	2.544.000,00
Desincompatibilização Eleitoral, Analisar a desincompatibilização de servidores públicos de MG de funções e cargos para disputa eleitoral de 2020	1.795.078,86

Realizações	Benefícios (R\$)
Analisar os requisitos para pagamento da Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual e Institucional – GDPI	19.727,28
Servidor em afastamento para estudo recebendo vale-refeição	160.439,24
Acúmulo de Pensões no IPISM vs IPSEMG	35.981.485,20
Auxílio Emergencial Mineiro - Validação CPF, Duplicidades e Brancos CPF e NIS Benefício Efetivo	1.589.400,00
Auxílio Emergencial Mineiro - Beneficiários vs Servidores Públicos do Estado Benefício Efetivo	3.950.400,00
Auxílio Emergencial Mineiro Beneficiários vs Sócios, Administradores e Representantes dos Fornecedores do Estado Benefício Efetivo	13.770.000,00

Sistema e-Aud

Em 2021, o sistema e-Aud passou a substituir o Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria (SIGA). A plataforma trouxe modernização aos trabalhos de auditoria, garantindo agilidade dos processos e melhoria na gestão das atividades.

O sistema desenvolvido pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU) para gestão da Atividade de Auditoria Interna Governamental.

Documentos e publicações

Documentos de Auditoria:

- Identificação e mitigação de riscos nas contratações públicas e aquisições administrativas no contexto da Lei Federal nº 13.979/2020;
- Orientações, em geral, sobre suprimentos de fundos;
- Orientações sobre Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos;
- Boletins Edição 01 a 06 (jul. a dez/20), com orientações às CSET/CSEC dentro do contexto das contratações emergenciais para enfrentamento ao COVID-19;
- Orientação sobre parcelamento e fracionamento de despesas no contexto da Lei Federal nº 8.666/1993.

Portfólio de gestão de riscos

Portfólio de gestão de riscos da CGE:

- Plano de Contingências (2020)
- Plano de Continuidade dos Negócios (2020)
- Guia Metodológico de Gestão de Riscos Estratégicos (2020)
- Declaração de Appetite a Riscos (2021)
- Guia Metodológico de Gestão de Riscos de Processos (2021)



Atuação em rede

ARCCO

A CGE esteve à frente da coordenação da Rede de Controle e Combate à Corrupção de Minas Gerais (ARCCO) durante 2 mandatos (2019-2020). Dentre as ações realizadas pela ARCCO durante a coordenação da CGE, destacam-se:

• **Criação de Câmara Técnica/GT Covid-19** para acompanhamento das compras realizadas em função da situação de pandemia, principalmente no âmbito municipal. Dessa força-tarefa, derivou-se um subgrupo chamado “Investigação de Fornecedores”, também coordenado pela CGE. Dentre alguns dos resultados desse GT destaca-se a atuação conjunta entre Polícia Civil e CGE-MG que desencadeou a operação “MEDTEST”.



• Normativos e publicações

- ✓ Elaboração e distribuição do documento “Nota Técnica ARCCO/MG N° 01/2020”, que trata sobre a Transparência ativa durante o período da pandemia de COVID-19.
- ✓ Elaboração e distribuição do documento “Projeto Transparência COVID-19”.
- ✓ Elaboração e distribuição do documento “Guia de Orientações Técnicas para Contratações Emergenciais”.

- ✓ Elaboração e distribuição da “Cartilha de Orientações para a Integridade na Vacinação Contra a COVID-19”.

ENCCLA

A CGE é um dos órgãos colaboradores da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Durante o quadriênio, a CGE participou das seguintes ações e metas da rede:

- **Ação 1/2019:** Desenvolver projeto de plataforma digital e outras medidas voltadas à transparência pública, aos dados abertos e à participação social.
- **Ação 3/2019:** Elaborar, publicar e divulgar cartilha de integridade nas compras públicas dirigida a gestores públicos.
- **Ação 6/2019:** Prevenir e combater a corrupção e a lavagem de dinheiro por parte de agentes públicos mediante acompanhamento da evolução patrimonial e dos bens em uso.
- **Ação 9/2019:** Mapear os fluxos de trabalho, processos e procedimentos administrativos apuratórios, e outros, que tenham como objetivo ou resultado possível (i) apurar a ocorrência de atos de corrupção; (ii) responsabilizar extrajudicialmente ou permitir a responsabilização judicial dos responsáveis e a efetiva recuperação de ativos.
- **Ação 07/2020:** Aprimorar os mecanismos de compartilhamento de informações entre órgãos administrativos de fiscalização e controle, e entre estes e os de persecução criminal e improbidade administrativa, com vistas a preservar a segurança jurídica;
- **Ação 10/2020:** Elaboração e divulgação de um catálogo/portfólio de oportunidades de capacitação virtual e gratuita para observadores públicos, conselheiros de políticas públicas e servidores públicos, com foco em aspectos ligados à contratação pública e acompanhamento de políticas públicas, bem como adoção de outras iniciativas e instrumentos que estimulem a transparência e o fornecimento de dados abertos.
- **Ação 01/2021:** Criar mecanismos para o compartilhamento direto e contínuo de bancos

de dados, em ambiente seguro, entre os atores estatais responsáveis pela prevenção, detecção e repressão à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

- **Ação 07/2021:** Padronização do formato das publicações de atos envolvendo licitações/dispensas e contratos e possibilidades de uso das informações.
- **Ação 08/2021:** Big data e inteligência artificial: usos voltados para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.
- **Ação 01/2022:** Criar mecanismos para o compartilhamento direto e contínuo de bancos de dados, em ambiente seguro, entre os atores estatais responsáveis pela prevenção, detecção e repressão à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, em continuidade à Ação 01/2021.
- **Ação 11/2022:** Propor medidas para fortalecer o enfrentamento da corrupção privada.

Conaci

Em 2022 a Controladoria-Geral do Estado esteve à frente da nova gestão do Conselho Nacional de Controle Interno. A chapa presidencial do biênio 2022-2023 é composta pelo atual Controlador-Geral de Minas Gerais, Rodrigo Fontenelle, pelo Controlador-Geral de Rondônia, Francisco Lopes Neto e pelo Secretário de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo, Edmar Moreira Camata.

Transparência

Referência nacional em transparência pública

Durante a atual gestão, a Controladoria-Geral do Estado realizou uma série de melhorias nos mecanismos de transparência pública. Com efeito, Minas Gerais foi destaque positivo nas principais avaliações que medem a transparência pública da União, Estados e Municípios.

O Poder Executivo do Estado de Minas Gerais atingiu nível Ouro no Radar da Transparência, iniciativa do Programa Nacional de Transparência Pública, realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas e Tribunais de Contas. A avaliação tem como objetivo examinar o nível de transparência ativa nos sites institucionais do Poder Público.

O estado também ocupa a 2ª posição no Índice de Transparência e Governança Pública, avaliação realizada pela Transparência Internacional Brasil. O Índice de Transparência e Governança Pública é uma ferramenta que busca avaliar e fomentar as agendas de integridade, transparência, acesso à informação, participação, transformação digital e combate à corrupção em diversos níveis federativos e poderes da República. Durante o quadriênio, Minas subiu 20 posições e obteve pontuação máxima na Escala Brasil Transparente (EBT), organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), ocupando o 1º lugar do ranking.

Minas é o único estado a conquistar o pódio dos principais rankings, tornando-se referência nacional em transparência pública.



Rankings



Outras premiações e reconhecimentos

- 1º lugar na média geral do Índice de Transformação Digital e Integridade (Transparência Internacional);
- 1º lugar no Índice de Transparência da COVID-19 (Open Knowledge Brasil);
- Classificação “ótima” no Ranking de Transparência no Combate à Covid-19 (Transparência Internacional);
- Projeto de Dados Abertos é vencedor do 1º Hackathon Frictionless Data, da Open Knowledge Foundation;
- V Prêmio Inova Minas Gerais (Menção honrosa ao Sistema/Portal dos Conselhos);
- XXXIII Congresso de Direito Administrativo (IBDA), PMPI ganhou na categoria “Fórum de Boas Práticas, Inovação e Gestão Pública”;
- Pesquisa realizada por Barreto e Vieira (2020) considerou o programa de integridade pública da CGE como o de maior aderência às práticas nacionais e internacionais, atendendo a 91% dos quesitos.

Transparência passiva



Zeramos o passivo da LAI

Durante os 6 primeiros meses de gestão, em 2019, a Controladoria-Geral do Estado criou força-tarefa para zerar o passivo de demandas recebidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI). Ao todo, eram 232 solicitações referentes aos anos de 2017 e 2018 que estavam sem resposta.

Em 2021, Minas Gerais comemorou os 10 anos de vigência da Lei de Acesso à Informação com número recorde de pedidos. Foram registradas 7.951 novas solicitações de acesso à informação e todas foram respondidas, a maioria dentro do prazo legal (94%). Até setembro de 2022, foram registrados 4.566 pedidos e 97% dessas solicitações foram atendidas dentro do prazo.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)	2019	2020	2021	2022
Nº e-SIC recebidos (MG)	6.026	5.148	7.951	4.566 (Dados considerando até 30/09/2022)
% e-SIC respondidos (MG)	6.026	5.148	7.951	4.226 (Dados considerando até 30/09/2022)
% e-SIC respondidos no prazo (MG)	90%	90%	94%	97% (Dados considerando até 30/09/2022)

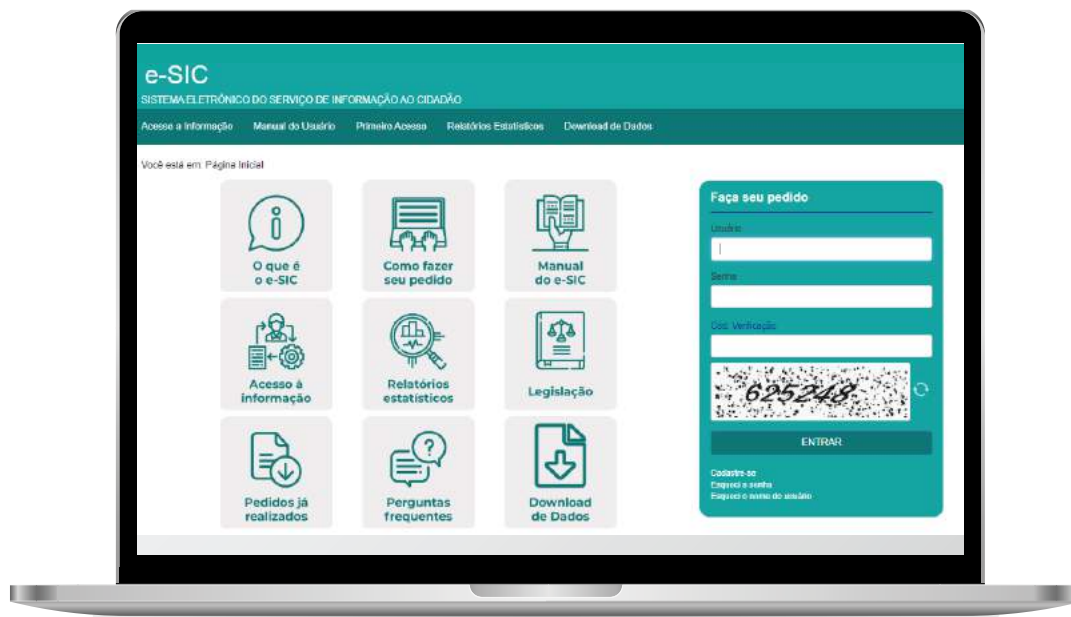
Dados: Diretoria de Transparência Passiva da CGE

Novo e-Sic

Em 18/07/2022, a CGE disponibilizou a nova versão do sistema e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão). Desenvolvido para receber e gerenciar pedidos de acesso à informação, o e-SIC foi reformulado para garantir a melhoria da navegação, visualização e facilitar o uso do sistema pela população e pela administração pública.

As funcionalidades implementadas buscam garantir a qualidade e a correta utilização do e-SIC, e têm como objetivo principal aprimorar o serviço de acesso à informação pública.

Dentre as novas funcionalidades, destacam-se a mudança de layout, a inclusão de captcha para garantir a segurança das informações, criação de painel de monitoramento das demandas, opção para que o solicitante possa manter a sua identidade preservada, possibilidade de registrar recurso de 4ª instância, entre outros.



Transparência ativa em números 2019-2022

Transparência Ativa	2019	2020	2021	2022
Melhorias no Portal da Transparência	<p>1. Voos do Governador</p> <p>2. Obras Públicas do TCEMG</p>	<p>1. Consulta de Favorecido por Nome e CPF/CNPJ na consulta de Restos a Pagar</p> <p>2. Alteração de layout na consulta de Remuneração</p> <p>3. Consultas COVID-19</p> <p>4. Integração com SIAFI - campo histórico do empenho</p> <p>5. Inclusão da possibilidade de marcar e desmarcar todos os <i>checkboxes</i> nas pesquisas avançadas</p>	<p>1. Descaracterização do CPF nas consultas de Despesas;</p> <p>Restos a Pagar;</p> <p>Compras e Contratos;</p> <p>Concursos realizados;</p> <p>Diárias; Viagens;</p> <p>Gestão da Frota e Patrimônio.</p>	<p>1. Publicação da consulta da Vale</p> <p>2. Tabela Valores de Referência Diárias de Viagem</p> <p>3. Atualização da consulta Contas do Governador para atender os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023</p> <p>4. Atualização da consulta de Convênios e Parcerias para atender os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023</p>
Inserção novos conjuntos de dados no Portal Dados Abertos	*	<p>1. Casos COVID-19</p> <p>2. Óbitos COVID-19</p> <p>3. Doações COVID-19</p> <p>4. Compras Emergenciais COVID-19</p> <p>5. Doações Selo Amigo Estado MG</p> <p>6. Termos de Parceria e Contratos de Gestão</p> <p>7. Remuneração dos Servidores Ativos</p>	<p>1. Convênios de Entrada</p> <p>2. Receita pública</p> <p>3. Viagens</p> <p>4. Dívida Pública</p> <p>5. Despesa Pública</p> <p>6. Diárias</p> <p>7. Convênios de Saída</p> <p>8. Compras e Contratos</p> <p>9. Restos a pagar</p> <p>10. Despesas com pessoal</p> <p>11. Repasses a municípios</p>	<p>1. APACHE</p> <p>2. CRIB</p> <p>3. Cirurgias</p> <p>4. Acordo VALE</p> <p>5. Proposta Orçamentária</p> <p>6. Planejamento e Monitoramento</p> <p>7. Programas de Transferência de Renda de 2020 e 2021</p>

Transparência Ativa	2019	2020	2021	2022
Melhorias no Portal de Dados Abertos	*	1. Adoção e aplicação dos padrões de especificação de metadados <i>Frictionless Data</i>	1. Inserção do Guia de Referência para Uso Cidadão 2. Categorização (ie. Grupos) dos conjuntos de dados com Vocabulário Controlado de Governo Eletrônico 3. Atribuição da licença aberta Creative Commons Atribuição (CC-BY-4.0) aos conjuntos 4. Adesão à Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e integração com o Portal Brasileiro de Dados Abertos 5. Criação da ferramenta dpckan para automatizar carga de dados no Portal de Dados Abertos	1. Inserção do botão de acesso ao 'Fale Conosco' 2. Inserção de links para pedido de abertura de bases de dados em todos os textos-padrão de descrição dos conjuntos 3. Aplicação e padronização de rol mínimo de metadados obrigatórios (em discussão/andamento)
Número de Consultas no Portal da Transparência	1.648.278	1.633.768	1.849.356	1.482.565 (até 28/09/22)
Número de Consultas no Portal de Dados Abertos	*	13.192 (18/07 a 31/12/20)	35.648	33.644 (até 28/09/22)
Quantidade de downloads no Portal de Dados Abertos	*	771 (18/07 a 31/12/20)	3.841	4.351 (até 28/09/22)

* Lançamento do Portal de Dados Abertos: 18/07/2020

Integridade e controle social

Criação da Política Mineira de Promoção da Integridade



Em 2022, integridade se tornou uma política de governo com a publicação do Decreto nº 48.419, que institui a Política Mineira de Promoção da Integridade no Estado e revogou o Decreto nº 47.185, de 2017, que dispunha sobre o Plano Mineiro de Promoção da Integridade.

A nova Política (PMPI) estabelece objetivos e diretrizes para a promoção da ética, da probidade e do respeito às normas que regulamentam as relações entre a Administração Pública e os setores público e privado, além de definir uma estrutura dos programas e planos de integridade dos órgãos e das entidades do Poder Executivo do Estado.

Elaborada com um forte caráter preventivo, a PMPI busca desenvolver a boa governança, a gestão de riscos, a transparência, o controle democrático e a construção de uma cultura de integridade como máximas que devem ser apoiadas pelos agentes públicos e disseminadas para toda sociedade.

Não é um plano e, sim, um sistema composto por diversos programas e planos de integridade específicos, desenvolvidos a partir de parâmetros comuns e geridos de forma descentralizada.

Projeto Integridade é o Negócio



Integridade é o Negócio é um projeto desenvolvido em 2021 pela Subcontroladoria de Transparência e Integridade da Controladoria-Geral do Estado destinado às empresas fornecedoras do Governo do Estado de Minas Gerais, em que agentes públicos da CGE oferecem palestras de sensibilização e de fomento ao comportamento íntegro para colaboradores de todos os níveis hierárquicos, promovendo relações éticas entre o setor público e o setor privado.

A Rede Mineira de Integridade (RMI)



Instituída em 2020, a Rede Mineira de Integridade (RMI) tem como objetivo principal o fortalecimento da atuação conjunta nas ações de fomento à integridade, prevenção e combate à corrupção, promoção da integridade e da ética pública, respeitadas as competências e atribuições de cada membro integrante.

Fazem parte da Rede o Governo do Estado de Minas Gerais, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Integridade e controle social em números 2019–2022

Integridade e controle social	2019	2020	2021	2022
Número de órgãos/entidades com Planos de Integridade	3 Hemominas, SEF, FJP	8 OGE, AGE, FHEMIG, SEMAD, FEAM, IEF, IGAM e SEJUSP	10 ARMBH, ARSAE, Idene, Lemg, Fapemig, CBMMG, Sec. Geral, SEDE, Secult, Segov	6 Ipsemg, FCS, PCMG, Sedese, SEE, Seinfra
Número de Conselhos cadastrados no Portal dos Conselhos	9	27	32	46
Número de usuários do Portal de Conselhos	254	515	1972	2034
Ferramentas/ sistemas desenvolvidos	Portal dos Conselhos	SisPMPI (módulo 1 e 2)		
Melhorias SisPMPI			Criação do módulo 3	Criação do módulo 4 e adaptação ao Decreto 48.419/2022 (Novo decreto da PMPI)
Melhorias Portal dos Conselhos	Lançamento do Portal dos Conselhos	6 manutenções evolutivas implementadas com o objetivo de ampliar a usabilidade, acessibilidade e transparência do Sistema e Portal dos Conselhos	22 manutenções evolutivas implementadas com o objetivo de ampliar a usabilidade, acessibilidade e transparência do Sistema e Portal dos Conselhos	9 manutenções evolutivas implementadas com o objetivo de ampliar a usabilidade, acessibilidade e transparência do Sistema e Portal dos Conselhos

Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos (PPIA)



Lançado em 2020 pela Corregedoria-Geral da CGE, o Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos estabelece diretrizes e ações revisadas anualmente com o objetivo de prevenir a ocorrência de ilícitos na Administração Pública mineira. O documento é dividido em quatro eixos temáticos: educação, controle, normatização e atuação em rede.

Plano de Prevenção em números 2020-2022

2020

27 ações, sendo **6 de capacitação**

3.780 participantes em média, no total

286% participantes acima da meta

26.342 visualizações no YouTube*



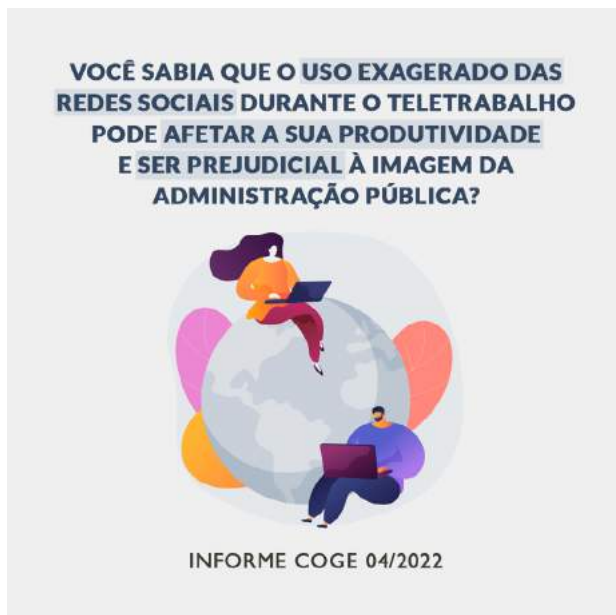
* Até o dia 09/12/2020

2021**17** ações**4.404** participantes, em média, no total**13.136** visualizações no YouTube*

* Até o dia 10/12/2021

2022**19** ações realizadas**2.416** participantes, em média, no total**6.255** visualizações no Youtube**Outras ações PPIA****Informe COGE**

De 2020 a 2022, foram publicados 15 informativos com o objetivo de orientar agentes públicos e cidadãos relacionados à área correicional.



COGE Orienta

O projeto “COGE Orienta” é uma das ações do PPIA e apresenta, de forma simples e didática, vídeos com temas relacionados aos ilícitos administrativos disciplinares.

Webseminário Direito Administrativo Sancionador

Alinhado ao Plano de Prevenção de Ilícitos Administrativos da CGE, o webinar entrou para a agenda oficial do Governo do Estado de Minas e tem como objetivo fomentar a discussão acerca da otimização da atividade disciplinar, aprimorando a excelência, o serviço e a gestão pública no Estado. O evento acontece anualmente desde 2020.

Manual de Apuração de Ilícitos Administrativos

Publicado em 2020 e revisado em 2021 e 2022, o Manual aborda temas relacionados ao regime disciplinar, bem como os diferentes instrumentos de apuração das infrações disciplinares, nos termos, principalmente, do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis de Minas Gerais (Lei nº 869, de 5 de julho de 1952). Acrescentam-se ainda aspectos relativos à responsabilização de pessoas jurídicas, com fundamento na Lei Anticorrupção Empresarial (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), diferenciando-a da legislação de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e normas correlatas).

Cartilha Regime Disciplinar do Servidor Público Estadual

Publicada em 2021, a cartilha apresenta os principais aspectos do Regime Disciplinar Estatutário, como atribuições das unidades correccionais, ilícitos administrativos, esferas de responsabilização, procedimentos investigativos e punitivos, comissões disciplinares, penalidades aplicáveis e medidas de prevenção à ocorrência dos ilícitos.

Outras ações preventivas

Lançamento Plano Anticorrupção do Governo Executivo do Estado de Minas Gerais (2022)



Elaborado pela Advocacia-Geral do Estado (AGE), Controladoria-Geral do Estado (CGE), Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Ouvidoria-Geral do Estado (OGE), Polícia Civil (PCMG), Polícia Militar (PMMG), Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o documento divulga a lista das ações anticorrupção já implementadas pelos órgãos responsáveis pela elaboração do Plano e propõe uma série de ações a serem desenvolvidas com o objetivo de aprimorar a prevenção, detecção ou repressão à corrupção.

Decretos assinados



15 DECRETOS ASSINADOS

Principais decretos:

- Criação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção;
- Compromisso de Ajustamento Disciplinar;
- Conflito de interesses no Estado;
- Vedação do nepotismo no Estado.

Lista Decretos do quadriênio:

- Decreto nº 48531, de 11 de novembro de 2022: Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022 para os órgãos e as entidades da Administração Pública.
- Decreto nº 48494, de 25 de agosto de 2022: Altera o quantitativo e a distribuição de cargos de provimento em comissão da Controladoria-Geral do Estado.
- Decreto nº 48444, de 15 de junho de 2022: Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e serviços e o recebimento de bens móveis em comodato pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
- Decreto no 48.417, de 16 de maio de 2022: Dispõe sobre situações que configuram conflito de interesses envolvendo os agentes públicos ocupantes de cargo ou função, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
- Decreto no 48.418, de 16 de maio de 2022: Dispõe sobre o Compromisso de Ajustamento Disciplinar no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do

- Decreto no 48.419, de 16 de maio de 2022: Dispõe sobre a Política Mineira de Promoção da Integridade.
- Decreto no 48.420, de 16 de maio de 2022: Dispõe sobre a atividade de auditoria interna no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
- Decreto no 48.421, de 16 de maio de 2022: Altera o Decreto no 46.881, de 4 de novembro de 2015, que institui a sindicância patrimonial no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.
- Decreto no 48.422, de 16 de maio de 2022: Altera o Decreto no 47.539, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre a gestão da frota de veículos oficiais pertencente à administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e o Decreto no 45.242, de 11 de dezembro de 2009, que regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.
- Decreto no 48.275, de 24 de setembro de 2021: Regulamenta a Política de Teletrabalho na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
- Decreto Estadual no 48.021, de 12 de agosto de 2020: Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo.
- Decreto Estadual no 47.964, de 28 de maio de 2020: Altera o Decreto no 46.933, de 20 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a declaração de bens e valores que compõe o patrimônio privado dos agentes públicos, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.
- Decreto Estadual no 47.774/2019, de 3 de dezembro de 2019: Dispõe sobre a estrutura orgânica da Controladoria-Geral do Estado.
- Decreto Estadual no 47.674, de 20 de junho de 2019: Dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

CGE Capacita

Lançado em 2019, o Programa CGE Capacita tem como objetivo promover a capacitação, a orientação e a valorização dos servidores públicos.

Número de capacitações ofertadas por área:

Auditoria-Geral

AUGE	2019	2020	2021	2022
Número de cursos, capacitações e eventos ofertados pela Auditoria-Geral.	34	9	18	18

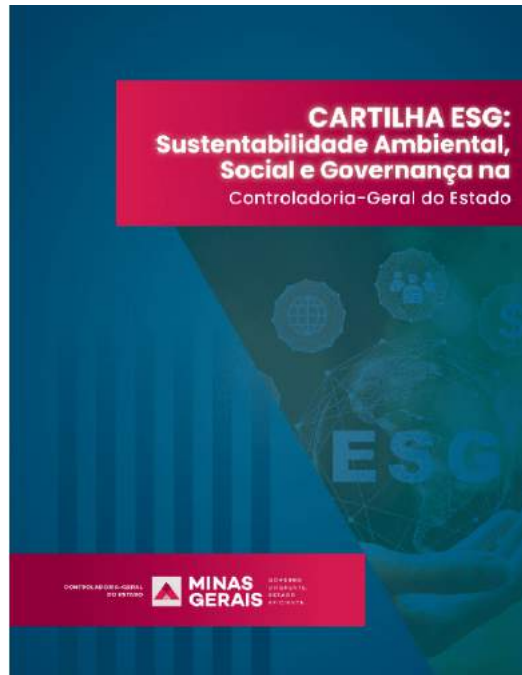
Corregedoria-Geral

COGE	2019	2020	2021	2022
Número de cursos, capacitações e eventos ofertados pela Corregedoria-Geral.	5	26	15	14

Subcontroladoria de Transparência e Integridade

SUTI	2019	2020	2021	2022
Número de cursos, capacitações e eventos ofertados pela Subcontroladoria de Transparência e Integridade.	21	19	20	21

Cartilha ESG



Em 2022, foi publicada a Cartilha ESG na Controladoria-Geral do Estado. O documento concentra os principais conceitos da agenda da Sustentabilidade Ambiental, Social e Governança (ESG) para o serviço público e reforça o compromisso da Controladoria e do Governo de Minas com a iniciativas que repercutam positivamente esses três fundamentos, reforçando o seu compromisso com um Estado íntegro, eficiente e alinhado às práticas da agenda.

Comunicação Institucional

Campanhas

Onde está a CGE

Lançada em 2022, a série de vídeos “Onde está a CGE?” foi criada para mostrar, de forma simples e lúdica, como as atividades da Controladoria-Geral do Estado se transformam em benefícios concretos para a sociedade.

Até agora, foram disponibilizados 2 episódios que tratam sobre o projeto CGE Presente e conflito de interesses.



Eu valorizo a auditoria



Iniciada em 2021, a Campanha “Eu Valorizo a Auditoria”, da CGE-MG, tem como objetivo promover ampla conscientização sobre a missão da Auditoria Interna Governamental, suas atividades e os benefícios financeiros e não financeiros gerados no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Bem-estar em tempos de Covid-19

O projeto “Bem-estar em tempos de COVID-19” foi criado em 2021 com o objetivo de compartilhar ações que promovam o bem-estar e melhoria da saúde física e mental no período de isolamento social. O intuito é incentivar os servidores da CGE e de outros órgãos ou entidade a relatarem suas experiências, contando uma vivência que mobilizou seus sentimentos e, de certa forma, transformou sua rotina, seus hábitos e trouxeram um novo aprendizado durante o período de isolamento.

Campanha Transmite Integridade

A campanha “Nesta quarentena, Transmite Integridade” foi lançada em 2020, no contexto da pandemia de COVID-19, com a proposta de orientar os agentes públicos e a população sobre condutas íntegras a serem adotadas em tempos de isolamento e teletrabalho.

Campanha Integridade no Governo de Minas

Em 2019, o Governo de Minas Gerais, por meio da Controladoria-Geral de Minas Gerais, realizou uma extensa Campanha de Integridade nas áreas sociais da Cidade Administrativa de Minas Gerais e nas dependências dos órgãos públicos mineiros, com o objetivo de trazer reflexões cotidianas sobre integridade, ética e transparência, tanto nos níveis individual quanto institucional.

Relacionamento

Guia Onboarding: Integração de novos servidores

Em 2022, a Diretoria de Recursos Humanos da CGE elaborou um Guia para auxiliar a integração de novos servidores. Além de apresentar procedimentos de contratação e sanar dúvidas, o material reforça a cultura organizacional do órgão.

Propósito institucional

A CGE construiu, coletivamente, o propósito institucional do órgão. Os trabalhos para a construção do propósito foram realizados durante 2021 e 2022 e envolveram os servidores da casa, além da alta administração.

Percepção de auditoria

A pesquisa de feedback da Campanha “Eu valorizo a auditoria!” foi aplicada no mês de maio de 2021, a partir do envio de um questionário a servidores públicos, gestores de órgãos e instituições públicas. A pesquisa objetivou aferir a percepção do Executivo Estadual sobre a atividade de auditoria, a partir de experiências de ações já realizadas junto aos órgãos e entidades. A pesquisa foi respondida por 1.471 gestores e servidores.

A pesquisa evidenciou que, ao longo do quadriênio, conseguimos desconstruir uma visão negativa da auditoria interna, que passou a ser associada a parceria, melhoria de processos, transparência e integridade.

Valorização do servidor

Prêmio Destaques do Controle

Instituído em 2020, o Prêmio Destaques do Controle é uma iniciativa da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais que visa promover a valorização do servidor e fomentar a excelência dos trabalhos de controle interno desenvolvidos no âmbito do Estado. Durante o quadriênio, foram realizadas 3 edições da premiação, que contempla servidores do órgão central, as controladorias setoriais e seccionais e demais secretarias e entidades do Estado.

Modernização e presença digital (2019-2022)



- **19** novos sistemas desenvolvidos
- **Aquisição** de infraestrutura

- Migração de **23 sistemas/sites** e file server “pastas da rede” para infraestrutura própria hospedado na sala cofre da PRODEMGE.
- Papel zero.

PodeFalar, o podcast da CGE

Lançado em 2020, o PodeFalar, podcast da CGE, aborda temas relacionados ao controle interno, transparência, correção, diversidade na administração pública, inovação e o que há de mais atual.

**39 EPISÓDIOS
PRODUZIDOS** 



- Presença **em todas as plataformas de áudio**
- Convidados especialistas

SisCOGE

Com o objetivo de modernizar e tornar mais eficiente a gestão dos processos administrativos instaurados no âmbito do Estado, a CGE, por meio da Corregedoria-Geral, iniciou, em 2022, o processo de desenvolvimento do Sistema de Corregedoria-Geral (SisCOGE). A ferramenta auxiliará na gestão do trâmite processual e no controle dos prazos prescricionais. O projeto, que está sendo desenvolvido com recursos do Acordo Judicial da Vale, trará maior agilidade e simplificação no desempenho das atividades correicionais.

Inteligência

Em 2019, o Núcleo de Combate à Corrupção (NUCC) passou a compor a estrutura orgânica da CGE, conforme expresso no Decreto nº 47.774/2019 (art. 10). O NUCC, que está subordinado ao Gabinete da CGE, tem como competência coordenar e executar ações de combate à corrupção no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, por meio de atividades de inteligência, operações especiais e acordos de leniência.

Acordo de Leniência

No período de 2019 a 2022, a Coordenação de Acordos de Leniência e as Comissões de Negociação conduziram tratativas no âmbito de 06 (seis) Procedimentos de Negociação de Acordo de Leniência - PNAL, quais sejam: nº 01/2019, PNAL nº 02/2019, PNAL nº 03/2019, PNAL nº 01/2020, PNAL nº 02/2020 e PNAL nº 01/2022, com a interlocução direta de parceiros externos, especialmente, o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG e a Controladoria-Geral da União - CGU.

Em decorrência dessas negociações, a Controladoria-Geral do Estado (CGE) e a Advocacia-Geral do Estado (AGE), com a interveniência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), firmaram, até o momento, 3 Acordos de Leniência com as empresas Andrade Gutierrez Investimento em Engenharia S/A e Andrade Gutierrez Engenharia S/A, em 18/08/2021; Construtora Coesa S.A., em 07/11/2022; e OEC S.A. e NOVONOR S.A., em 23/11/2022. Nas mesmas datas, foram firmados Acordos de Não Persecução Civil entre as empresas mencionadas e o MPMG, com a interveniência da CGE/MG e AGE/MG.

Em virtude desses Acordos, a CGE encerra o quadriênio com 3 acordos celebrados, garantindo o ressarcimento de R\$ 374 milhões ao Estado.



Conheça os Acordos de Leniência celebrados no Estado de Minas Gerais

Ano	Empresa	Valor acordado
2022	OEC S.A. e NOVONOR S.A.	R\$ 202,4 milhões
2022	Construtora Coesa S.A.	R\$ 42,7 milhões
2021	Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	R\$ 128,9 milhões

Participação como interveniente em termo de ajustamento de conduta (MPMG)

A CGE, com o apoio da Coordenação de Acordos de Leniência, participou das tratativas para a celebração de termo de ajustamento entre o MPMG e pessoas físicas e jurídicas que respondem à ação judicial de improbidade administrativa decorrente de trabalhos da Controladoria-Geral, com a previsão de retorno de cerca de **R\$ 16 milhões ao erário**. A CGE prestou subsídio técnico aos Promotores de Justiça durante as tratativas, participando como interveniente do acordo ao lado da AGE.

Operações especiais

O art. 10, III, do Decreto nº 47.774/2019, regulamentado pela Resolução CGE Nº 28/2021, estabeleceu, no âmbito das competências da Coordenação de Operações Especiais, a realização de ações voltadas ao combate à corrupção, visando a recuperação de ativos e a apuração de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas pela prática de atos lesivos à Administração Pública Estadual.

Entre 2019 e 2022 o NUCC/CGE subsidiou a atuação da Auditoria-Geral e da Corregedoria-Geral, unidades administrativas da CGE-MG, bem como de órgãos de defesa do patrimônio público e de persecução penal como Polícia Civil, Polícia Federal e Ministério Público Estadual. Por meio dos **34 documentos de inteligência** emitidos no período, registraram-

se análises relativas a fraudes em procedimentos licitatórios e fiscalizatórios, formação de cartel, dentre outros, em temas relacionados à contratação de publicidade, de tecnologia da informação e de obras públicas, bem como meio ambiente, ciência e tecnologia.

Neste contexto, a atuação do NUCC/CGE, em parceria com a Polícia Civil e com o Ministério Público de Minas Gerais, culminou na deflagração das Operações “Mato Moiado” e “Ultimato – Segunda fase” que tiveram por objetivo a apuração da prática de ilícitos administrativos e crimes ambientais, falsidade ideológica e corrupção por pessoas jurídicas e físicas, incluindo-se servidores públicos.

Sispatri

Ações SISPATRI 2019-2022

a) Acompanhamento e suporte às Unidades de Recursos Humanos e das Controladorias Setoriais e Seccionais dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual no que se refere às atividades relacionadas ao preenchimento e entrega da “Declaração de Bens e Valores do Agente Público – DBV”. Em 2020 foi criado um canal exclusivo para anteder essas demandas (e-mail: suporterh@SISPATRI.mg.gov.br).

b) Acompanhamento e participação da execução das melhorias do Sistema SISPATRI. Durante o período foram realizadas as seguintes melhorias evolutivas e corretivas:

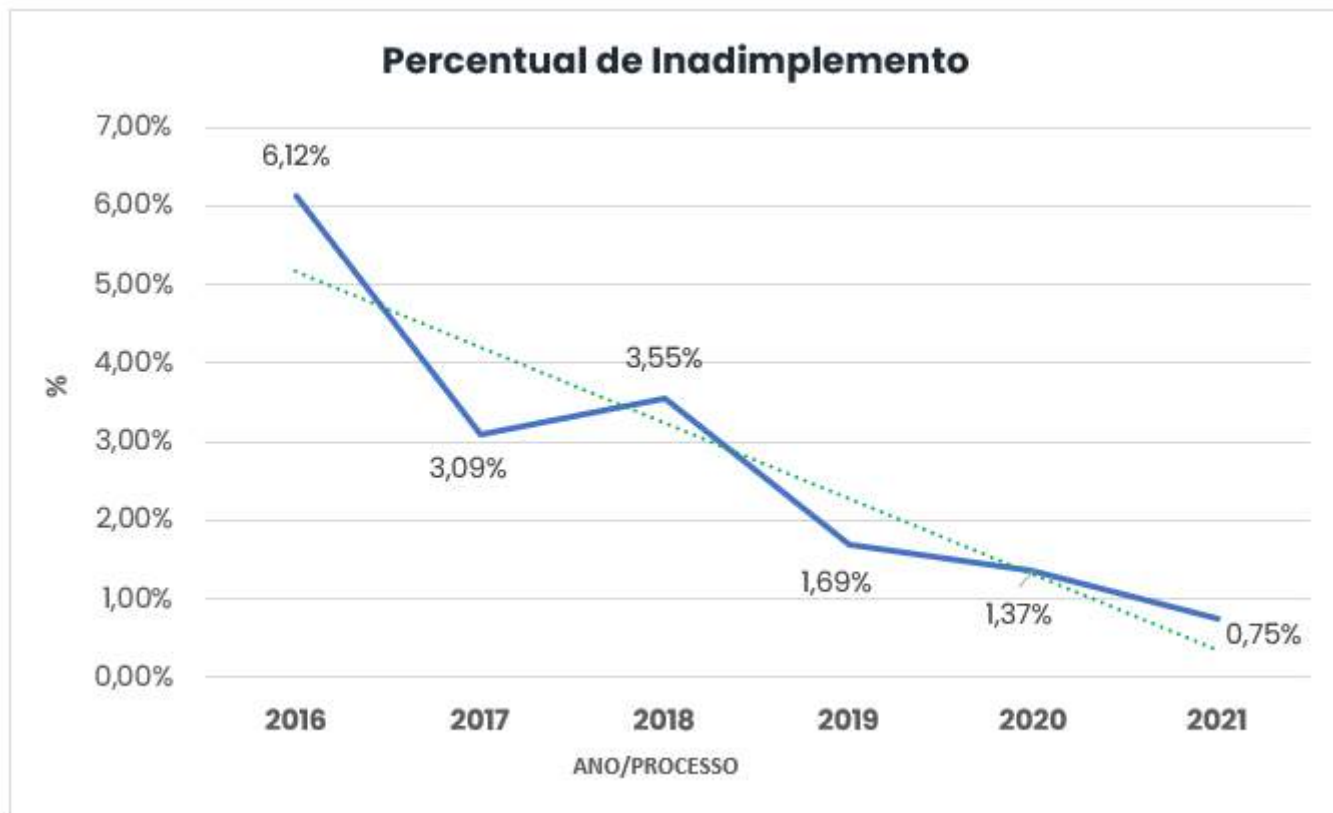
- Integrar o Sispatri ao SISAP e aos sistemas de RH da PMMG, CBMMG;
- Possibilitar acesso às DBVs referentes aos períodos anteriores;
- Alteração da máscara da placa dos veículos no módulo agente;
- Alterações Tabela IR 2021;
- Refazer a funcionalidade de importação de dados via Excel.

c) Alteração do Decreto Estadual nº 46.933/2016 (dispõe sobre a declaração de bens e valores que compõem o patrimônio privado dos agentes públicos, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo Estadual). Dentre as inovações, inclusive em função da pandemia de COVID-19, destaca-se a alteração do período para apresentação da declaração anual de bens e valores, que passou a ter como referência as datas estipuladas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física;

d) A partir de 2019 a CGE definiu fluxo de cobrança referente aos agentes públicos que não entregaram a declaração de bens e valores dentro do prazo legal definido no Decreto 46.933/2016. Com a implementação dos procedimentos de cobrança, mesmo com o incremento de agentes públicos cadastrados no SISPATRI, o número de irregulares diminuiu de forma significativa:



Fonte: SISPATRI-MG; Consulta realizada em 20/07/2022



Fonte: SISPATRI-MG; Consulta realizada em 20/07/2022

Correição em números 2019–2022

Procedimentos Administrativos Disciplinar instaurados e concluídos na Controladoria-Geral do Estado/Corregedoria-Geral:

Procedimentos Instaurados	111 processos
Procedimentos Instaurados	270 processos
Investigações Preliminares Instauradas	28 investigações
Número de Investigações Preliminares Concluídas	26 investigações

Procedimentos Administrativos Disciplinar instaurados nos Órgãos/Entidades e concluídos na Controladoria-Geral do Estado/Corregedoria-Geral:

Processos Administrativos Disciplinares Concluídos	246 processos
--	----------------------

Decisões dos procedimentos administrativos disciplinares publicados pela Controladoria-Geral do Estado:

1.261 decisões, sendo elas:

Absolvição	245
Arquivamento	568
Cassação de Aposentadoria	16
DBSP	173
Demissão	106

Repreensão	39
Suspensão	83
Outras decisões	31

Responsabilização Administrativa de Pessoa Jurídica com base na Lei Anticorrupção:

Número de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) instaurados	17
Número de PARs decididos	15
Valor total (multas aplicadas)	R\$ 2.843.199,38
Investigações preliminares instauradas	2
Investigações preliminares concluídas	9

Responsabilização de Agentes Públicos Denúncias

1.037 denúncias recebidas, sendo elas:

Abandono de cargo	8 denúncias
Acúmulo ilícito de cargos e funções	35 denúncias
Advocacia administrativa	1 denúncia
Aplicação indevida de recursos públicos	33 denúncias
Assédio moral	222 denúncias
Assédio sexual	2 denúncias
Atestado médico gracioso	6 denúncias

Atividade remunerada durante licença médica	10 denúncias
Ausência de declaração de bens e valores	89 denúncias
Concessão de benefícios indevidos	60 denúncias
Convocação de férias para obter vantagens na pandemia pelo COVID-19	1 denúncia
Corrupção passiva	10 denúncias
Crime contra a Administração Pública	35 denúncias
Desaparecimento de bem público	3 denúncias
Desvio de verba pública	3 denúncias
Divulgação indevida de tratativas para aquisição de vacinas	2 denúncias
Evolução patrimonial incompatível	1 denúncia
Falsificação e/ou uso documento falso	6 denúncias
Fornecimento indevido de documento público	5 denúncias
Gerenciar/Administrar empresa	5 denúncias
Inassiduidade/Impontualidade	16 denúncias
Inobservância de norma ambiental	17 denúncias
Irregularidade em concurso público	6 denúncias
Irregularidade guarda de custodiados	22 denúncias
Irregularidade Licitação/Convênio e Contrato	120 denúncias
Irregularidade na verificação de prestação de contas	3 denúncias
Irregularidade no Controle de Ponto	43 denúncias
Morosidade na adoção de providências	41 denúncias
Negligência na Gestão de bens públicos	16 denúncias
Nepotismo	16 denúncias
Ofensa Física	52 denúncias
Patrocinar causas contra o Estado	4 denúncias
Postura inadequada	48 denúncias
Recebimento indevido de vencimento	23 denúncias
Uso irregular de veículo oficial	7 denúncias
Vacinação em desacordo com o PNOV/PNI	13 denúncias
Valimento indevido de cargo público	53 denúncias

Esses são os principais resultados e ações realizadas pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais durante o quadriênio 2019-2022. Mais informações podem ser obtidas nos relatórios de balanço publicados nos anos anteriores:

- [**Balanço CGE | 2019**](#)

- [**Balanço | 2020**](#)

- [**Balanço | 2021**](#)



“

Você não constrói uma organização. Você constrói um time. E o time constrói a organização.



**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**

